

Demonstrações Financeiras

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in purple ink, appearing to be 'Ronaldo Aoki', written over a faint circular stamp or watermark.

Ronaldo Aoki
Sócio CRC-1SP244601/O-1

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.457.136	10.258
Adiantamentos a fornecedores	6	16.904.810	-
Créditos de tributos	7	3.465	-
Total do ativo circulante		20.365.411	10.258
Não Circulante			
Depósito caução	9	300.346	6.112.000
Imobilizado	10	24.193.740	-
Intangível	11	255.860	-
Total do ativo não circulante		24.749.946	6.112.000
Total do ativo		45.115.357	6.122.258

	Notas	2017	2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	16.333.434	30.466
Obrigações fiscais	13	197.365	134
Empréstimos	14	-	6.233.088
Total do passivo circulante		16.530.799	6.263.688
Não Circulante			
Partes relacionadas	8	66.336	-
Total do passivo não circulante		66.336	-
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	15	85.000.000	10.000
Capital Social a integralizar		(55.990.002)	-
Prejuízos acumulados		(491.776)	(151.431)
Total do patrimônio líquido		28.518.222	(141.431)
Total do passivo e patrimônio líquido		45.115.357	6.122.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Notas	2017	2016
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(156.164)	(146.096)
Despesas com viagens		(96.134)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(252.298)	(146.096)
Despesas financeiras	17	(244.699)	(5.334)
Receitas financeiras	17	210.032	-
Resultado financeiro, líquido		(34.666)	(5.334)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(286.964)	(151.431)
Imposto de renda e contribuição social	18	(53.381)	-
Prejuízo do exercício		(340.345)	(151.431)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(340.345)	(151.431)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(340.345)</u>	<u>(151.431)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Capital social inicial	10.000	-	-	10.000
Resultado do exercício	-	-	(151.431)	(151.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.000	-	(151.431)	(141.431)
Capital social inicial	84.990.000	(55.990.002)	-	28.999.998
Resultado do exercício	-	-	(340.345)	(340.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	85.000.000	(55.990.002)	(491.776)	28.518.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(340.345)	(151.431)
Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Redução (aumento) nos ativos e passivos operacionais:		
Adiantamentos a fornecedores	(16.904.810)	-
Créditos de tributos	(3.465)	-
Partes relacionadas	66.336	-
Depósito caução	5.811.654	(6.112.000)
Fornecedores	16.302.968	30.466
Obrigações fiscais	197.231	134
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	5.129.569	(6.232.831)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(24.193.740)	-
Intangível	(255.860)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(24.449.600)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	28.999.998	10.000
Empréstimos	(6.233.088)	6.233.088
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	22.766.910	6.243.088
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	3.446.878	10.258
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.258	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.457.136	10.258
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	3.446.878	10.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

1. Contexto operacional

A Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda. ("Empresa"), é uma sociedade anônima do Grupo Atlas Renewable Energy ("Grupo"), com sede no Município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

A Empresa foi constituída em 28 de janeiro de 2016, e tem como objetivo social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica solar por fonte fotovoltaica UFV São Pedro IV, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) , sob o CEG n° UFV.RS.BA.033784-6.01.

Durante o exercício de 2017, a Empresa iniciou a construção da usina fotovoltaica, executando aquisições de equipamentos e serviços. A capacidade instalada da usina, após concluída sua construção, será de 27 MW.

Em 19 de julho de 2017, a Companhia controlada pela Sunedison Brasil Energia Ltda e pela Sune Solar B.V. foi adquirida pela Atlas Energia Renovável S.A.

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A Companhia participou do 7º leilão para Contratação de Energia de Reserva (1º LER 2015) promovido pela ANEEL em 28 de agosto de 2015 e como vencedor recebeu a autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total a ser instalada de 27MW por 35 anos. O contrato de fornecimento de energia é exclusivo com a CCEE e tem o prazo de 20 anos. Somente após este período a Companhia poderá negociar a energia gerada em outros ambientes de comercialização. Após o prazo de 35 anos a autorização poderá ser renovada.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração no dia 26 de abril de 2018.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional").

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

2.3.1. Imobilizado

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Empresa.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

2.3.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível a taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

2.3.3. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

2.3.4. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

3. Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Companhia é tributada pelo regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional federal de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240.000 ao ano. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, totalizando uma carga tributária corporativa de 34%.

A Companhia não apurou impostos diferidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.3 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Instrumentos financeiros--Continuação

(a) **Ativos financeiros--Continuação**

(i) **Classificação e mensuração--Continuação**

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

· *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Instrumentos financeiros--Continuação

(a) Ativos financeiros--Continuação

(i) Classificação e mensuração--Continuação

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa.

· Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Instrumentos financeiros--Continuação

(a) Ativos financeiros--Continuação

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.5. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

- (a) Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados.

Pronunciamentos que passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018:

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas--Continuação

- CPC nº 47 – Receita de contrato com cliente – Deliberação CVM nº 762 em 22 de dezembro de 2016; e
- CPC nº 48 – Instrumentos financeiros – Deliberação CVM nº 763 em 22 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia efetuou análises dos possíveis impactos relacionados a adoção dos pronunciamentos CPC nº 47 – Receita de contrato com cliente e CPC nº 48 – Instrumentos financeiros, e entende que não há impactos significativos nas demonstrações financeiras.

(b) Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB já emitidas e que ainda não estão em vigor:

- IFRS 2 – Pagamentos Baseado em Ações
- IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto
- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil
- IFRS 17 – Contratos de Seguros
- IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do Imposto de Renda

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos que ainda não estão em vigor, porém, não espera que os mesmos tragam impacto relevante para suas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos bancários	3.457.136	10.258
Total	3.457.136	10.258

Os equivalentes de caixa estão representados por depósitos bancários em conta corrente que podem ser resgatáveis diariamente e apresentam liquidez imediata.

6. Adiantamento a fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aquisição de produtos	8.532.807	-
Contratação de serviços	8.372.003	-
Total	16.904.810	-

Os valores registrados em adiantamento a fornecedores referem-se a adiantamentos de valores que serão registrados no ativo não circulante, quando da obtenção da documentação fiscal pertinente

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

7. Créditos de tributos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ saldo negativo	3.465	-
Total	<u>3.465</u>	<u>-</u>

Os valores de tributos a compensar são relativos a pagamentos realizados a maior e que serão compensados ainda no ano de 2018.

8. Partes relacionadas

<u>Mutuo a pagar</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	66.336	-
Total	<u>66.336</u>	<u>-</u>

9. Depósito caução

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósito caução – Garantia Financiamento	300.076	-
Depósito caução – Licença Aneel	270	6.112.000
Total	<u>300.346</u>	<u>6.112.000</u>

Em 2017 a Companhia possui depósito caução relativo ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), onde o primeiro desembolso foi em janeiro de 2018. Em 2016 os valores em aberto são relativos ao processo junto a Aneel pela garantia da capacidade financeira de desenvolver o projeto. Durante o ano de 2017, com a aquisição do projeto pela Atlas Energia Renovável do Brasil S.A, o valor em depósito foi substituído por carta fiança emitida junto ao Banco Bradesco.

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

10. Imobilizado

	Imobilizado em construção	Total
Custo:		
Em 31 de dezembro de 2016	-	-
Adições - Imobilizado em andamento	24.193.740	24.193.740
Baixas	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	24.193.740	24.193.740

Os projetos em andamento referem-se a valores incorridas na construção da usina fotovoltaica, e tem a seguinte composição:

	Material e equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Desenvolvimento de projetos	-	2.629.213	3.892.960	6.522.173
Adiantamento a fornecedores	-	-	812	812
Aquisição de equipamentos	17.670.755	-	-	17.670.755
	17.670.755	2.629.213	3.893.772	24.193.740

11. Intangível

	Outros intangíveis	Total
Custo:		
Em 31 de dezembro de 2016	-	-
Adições - Outros intangíveis	255.860	255.860
Baixas	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	255.860	255.860

Valor de intangível relativo a gastos realizados pelo antigo acionista, SunEdison Brasil Energia Ltda para o desenvolvimento inicial do projeto São Pedro II. Conforme contrato de compra e venda entre SunEdison e Atlas Energia Renovavel S.A, efetivado em 19 de julho de 2017. Valores serão amortizados quando do início das operações.

12. Fornecedores

	2017	2016
Aquisição de equipamentos	13.719.281	-
Contratação de serviços	2.599.007	30.466
Viagens e hospedagens	14.304	-
Outras despesas	842	-
Total	16.333.434	30.466

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

13. Obrigações fiscais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ e CSLL trimestral	3.985	-
IRRF sobre serviços de terceiros	22.478	134
PCC sobre serviços de terceiros	71.792	-
ISS sobre serviços de terceiros	40.424	-
INSS sobre serviços de terceiros	58.686	-
Total	<u>197.365</u>	<u>134</u>

14. Empréstimos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mútuo com Ex-controlador	-	6.233.088
Total	<u>-</u>	<u>6.233.088</u>

Mutuo com a ex controladora SunEdison Brasil Energia Ltda, quitado quando da aquisição de São Pedro II pela Atlas Energia Renovavel S.A.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social está dividido em 85.000.000 quotas (10.000 em 31 de dezembro de 2016), sem valor nominal.

A composição dos cotistas da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	<u>2017</u>	
	<u>Qde. de quotas</u>	<u>%</u>
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	84.999.999	99,99%
Sunedison Brasil Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda.	1	0,01%
Total do capital social	<u>85.000.000</u>	<u>100%</u>

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com auditoria e contabilidade	142.247	21.935
Despesas com assessoria e advogados	7.892	102.953
Despesas diversas	6.025	21.208
Total	<u>156.164</u>	<u>146.096</u>

Durante o exercício de 2017, a Sociedade esteve em período pré-operacional incorrendo em despesas administrativas para manutenção da Sociedade.

17. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	180.653	-
Variação cambial	12.854	-
Variação monetária ativa	16.526	-
	<u>210.033</u>	<u>-</u>
Juros passivos	(131.167)	(5.052)
Variação cambial	(112.432)	-
IOF	-	(79)
Despesas bancárias	(1.100)	(203)
	<u>(244.699)</u>	<u>(5.334)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(34.666)</u>	<u>(5.334)</u>

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

<u>Apuração pelo Lucro Presumido</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras	197.180	
Base de cálculo a 100%	<u>197.180</u>	-
Base de cálculo consolidada	197.180	-
Imposto de renda à alíquota de 15%	(29.577)	-
Adicional de imposto de renda à alíquota de 10%	(6.058)	-
Contribuição social à alíquota de 9%	(17.746)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(53.381)</u>	<u>-</u>

Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais)

19. Seguros

A Empresa mantém apólices de seguros para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas e as respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, dessa forma, não foram examinadas pelos auditores independentes.

20. Garantias prestadas

Em 30 de novembro de 2017 foi celebrado o Contratos de Abertura de Crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), tendo como fiadores o Banco BTG Pactual e o Banco ABC Brasil, sob os termos e condições do Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças, celebrado em 15 de dezembro de 2017. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelas controladas acima.

A título de contra garantia em favor dos Fiadores, as obrigações da Companhia foram garantidas pelas seguintes garantias: (i) alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade da Companhia e; (iii) instrumento particular de cessão de direito real de superfície e outras avenças.